

Ofício 2.687/2023

De: Clelia S. - SPU - CEIV

Para: KOEDDERMANN CONSULTORES ASSOCIADOS

Data: 28/11/2023 às 16:41:56

Setores envolvidos:

SPU - CEIV, SPU - CEIV - MEM

EIV - AYA Empreendimentos

Prezados,

considerando o trâmite do processo de análise do empreendimento "Condomínio Residencial AYA" na plataforma AprovaFácil BC, e por dificuldades técnicas de suporte no mesmo, encaminha-se o parecer de primeira análise do EIV através deste Ofício.

Atenciosamente,

—
Clelia Witt Saldanha - MATRÍCULA PMBC 40.815

Fiscal de Obras II - SPU Presidente CEIV - Decreto 10.915/2022

Anexos:

Parecer_042_2023_AYA_1_Analise_Prot_AF__26710.pdf

PARECER 042/2023 - CEIV

PARECER 042/2023 - CEIV
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA
(CEIV)

(X) Primeira Análise – Parecer nº 042/2023-CEIV – 24/11/2023

Processo Administrativo nº: ARQ.01.00000219/EIV.000028 (Aprova Fácil - #26710 – Ampliação).

Projeto: Condomínio Residencial AYA.

Área do empreendimento: 6.463,43 m².

Área do Terreno: 10.275,00 m².

Descrição do empreendimento: 14 casas com 3 pavimentos.

População Máxima Estimada: XXX pessoas, sendo XX funcionários e 112 moradores.

Vagas de Estacionamento: 28 vagas residenciais, 01 vaga PNE e 03 vagas motocicleta.

Endereço: Rodovia LAP Rodesindo Pavan, s/n.º - Estaleiro (ao lado do nº 8400).

Uso: Multifamiliar.

Zona: ZC-1.

Cadastro Municipal (DIC): 27771 – Incr. Imob. 02.01.035.0463.

Investimento previsto: 6.463,43 CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.915, de 03 de agosto de 2022 e suas alterações, que dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente que Analisa os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV),

CONSIDERANDO o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária) sob o protocolo de ampliação nº #13581 – ARQ.01.00000219, com deferimento em 16/10/2023, no que diz respeito ao projeto atender a legislação urbanística geral, em cumprimento ao art. 7º, da Instrução Normativa n.º 001/2019, da SPU, de 29.08.2019, em relação à conformidade com a "legislação urbanística em geral" do projeto arquitetônico apresentado para a aprovação de projeto,

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo,

Após análise do Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado, considerando o Termo de Referência da Lei Municipal n.º 24/2018, a CEIV faz as seguintes considerações:

PARECER 042/2023 - CEIV

1. Nos itens 1.2, 1.3, 2.0 e 2.2, retirar a palavra “aproximadamente” das expressões “com área total de aproximadamente 6.463,43 m²”, pois trata-se de um valor exato;
2. Identificar o representante legal da pessoa jurídica, no item 1.4 do EIV;
3. Na pág. 20, atualizar a informação sobre o número de bairros do município;
4. No item 2, cita que “a rua interna do condomínio será executada com revestimento permeável de alta absorção de água”, informar qual o material a ser utilizado na via interna;
5. A Figura 5 traz a inserção do empreendimento na paisagem, porém, a vegetação demonstrada na imagem não condiz com a vizinhança imediata. Rever;
6. Na Figura 9, pág. 32 do EIV, bem como no projeto arquitetônico não foram demonstrados os cursos de água no lote, conforme consta na viabilidade da SEMAM. Complementar com essas informações;
7. Apresentar projeto completo do canteiro de obras. Considerando a reserva de área interna ao lote para estacionamento de carros e motos dos colaboradores ao longo da fase de implantação, devendo a mesma contemplar a demanda em sua totalidade e implantação de área interna ao lote para manobras e operação de carga e descarga referente aos veículos pesados que transportarão materiais e insumos até a obra. OBS.: Necessário demonstrar no projeto, quantas vagas de automóveis e motos serão disponibilizadas, além de indicar as áreas de carga e descarga de materiais, áreas de manobra (apresentando os raios de giro) e circulação de veículos, áreas de estacionamento de caminhão-betoneira, concretagem, bombas de concreto e demais áreas de manobra e acesso dos equipamentos e máquinas;
8. No item 2.5 Cronograma de Implantação deve ser indicado **previsão de início**;
9. No item 2.6, informa que o projeto planialtimétrico estaria no Anexo V, com ART, porém projeto não foi localizado, somente a ART. Solicita-se que seja apresentado o levantamento planialtimétrico com a camada de sobreposição das casas e demonstrados os cursos de água no lote, conforme consta na viabilidade da SEMAM;
10. Conforme informado o processo nº 111.848/2022, de solicitação de autorização para supressão de vegetação, apresentar a referida autorização no processo do EIV juntamente com o licenciamento ambiental;
11. O item “2.8 Terraplanagem” será analisado após resposta ao item 9 deste parecer;
12. Em relação ao cálculo no item 7, do “Memorial Descritivo Aya – Dren.San.Hid” (Anexo X), que traz:

“Volume Reservatório Superior Por Unidade:

PARECER 042/2023 - CEIV

Número de Residências: 1 Unidades

Volume por Residência: 300 Litros/Residência

Número de dias: 1 dia"

Ressaltamos que esse cálculo não leva em consideração a população do empreendimento e **não** está de acordo com o cálculo apresentado no Projeto Hidro Aprovativo. Rever memorial, adequando o cálculo e levando em consideração a população do empreendimento;

13.No Memorial Descritivo Aya – Dren.San.Hid. (Anexo X)

13.1. No item 7.1 traz o "*im = Valor das precipitações para 80 mm de recorrência, tirado de mapas da região = 80 mm/h*", apresentar a bibliografia/fonte deste dado;

13.2. Cita que o coeficiente de Runoff (C) aplicado foi para regiões de matas coníferas, folhagem permanente, justificar, pois boa parte do lote será impermeabilizada (área de ocupação casas térreo: 2.409,03 m²; calçadas internas: 1.023 m²) ou parcialmente impermeabilizada (rua interna área = 2.046 m²). Indicar o coeficiente de Runoff (C) revendo o cálculo ($Q = C \times I \times A$);

13.3. Ainda, após o resultado do Q (vazão em l/s ou m³/s) informar quanto tempo os dois tanques de 5.000 L retardam o escoamento das águas pluviais para a rede pública (ou seja, demonstrar quanto tempo levará para encher os tanques com 10 m³ de águas pluviais);

14.No memorial descritivo Aya – Dren.San.Hid. (Anexo X) item 7, terceiro parágrafo, cita: "*Isso ocorre devido a impossibilidade da prefeitura realizar ensaios geológicos e pedológicos, estudos geotécnico do local e levantamento hidrográficos das bacias hidrográficas.*" Rever afirmação, pois para o estudo é atribuição do empreendedor/consultoria técnica a realização destes estudos. Por outro lado, há o diagnóstico do Plano de Manejo Costa Brava que pode servir de referência técnica (Plano de Manejo – Anexo Decreto Municipal nº 10.215/2020);

15.No item 2.9.1.2 do EIV, informar que o consumo de água de 22,40 m³ é ao dia. Esclarecer o consumo de água de 2,00 m³ na Viabilidade da EMASA e de que seriam 18 apartamentos. Indica-se a apresentação de viabilidade atualizada;

16.Para o item 2.9.2, apresentar a metodologia utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica relatado. Como sugestão, para fase de operação utilizar o cálculo da demanda conforme projeto elétrico; para fase de implantação basear-se em obras similares ou estudos técnicos;

PARECER 042/2023 - CEIV

17. Para o item 2.9.3.1 – Fase de Implantação – Resíduos da Construção Civil, informar o volume por classe dos resíduos;
18. Em relação ao item 2.9.4.2 Fase de Operação – Efluentes Líquidos, a viabilidade da EMASA apresentou-se como “não viável” para coleta de esgoto, informando que a rede coletora está sendo implantada e com previsão de conclusão de 15 meses. O EIV precisa mencionar este fato;
19. Apresentar o projeto do sistema de decantação e tratamento dos efluentes de obra - não contaminado – pois trata-se de medida mitigadora;
20. No item 2.9.4.2, cita que “a rede coletora de efluentes sanitários está na fase de instalação, com previsão para início de operação em 2023”, rever a menção ao prazo, pois não haverá a possibilidade de início de operação ainda em 2023, segundo a EMASA;
21. Com relação ao item 2.9.5 Efluente de drenagem:
 - 21.1. Na fase de implantação, na pág. 50 do EIV, afirma que “Será implantada drenagem provisória para direcionamento das águas no momento de execução das obras de instalação do empreendimento.” Apresentar projeto, acompanhado de ART, da drenagem provisória;
 - 21.2. Na fase de operação, aguarda-se respostas ao item 13 deste parecer;
22. No item “2.9.7 Instalação de Telhados Verdes”, informar claramente ser será aplicado este item de sustentabilidade, visto que o mesmo não consta nos itens de sustentabilidade do projeto (protocolo #27786);
23. Da mesma forma, em relação ao item “2.9.8 Instalação de Fachada Vegetada” informar claramente ser será aplicado este item de sustentabilidade, visto que o mesmo não consta nos itens de sustentabilidade do projeto (protocolo #27786);
24. No item 2.10.1, em relação ao sombreamento, as imagens apresentadas não são passíveis de análise (illegíveis). Realizar simulação dos horários mais críticos e apresentar de forma que se possa realizar a leitura;

Com relação aos itens 2.12 - Sistema Viário e o Empreendimento:

25. Em 2.12.1.3 - Acessos:
 - 25.1. Considerando que nos acessos existirão controladores de acesso (portão eletrônico para veículos), necessário demonstrar, no projeto arquitetônico, em prancha específica, a faixa de acumulação no acesso de entrada (Av. Rodesindo Pavan), indicando a extensão e a capacidade (número de veículos) da faixa de acumulação até o portão eletrônico;

PARECER 042/2023 - CEIV

25.2. Apresentar mapas representativos e recortes do projeto das rotas de acesso (entrada) e de saída de pedestres e de veículos do empreendimento durante a fase de operação. De acordo com o Art. 40 da Lei Municipal Nº 2.794/2008, os acessos para veículos e pedestres devem ser independentes;

25.6. Considerando que nos acessos de entrada e de saída existirão controladores de acesso, necessário detalhar no EIV, como os veículos de utilidade pública (especialmente os de socorro de incêndio e salvamento, os de ambulância) e os caminhões de lixo acessarão o empreendimento em caso de necessidade. OBS: No capítulo 2 – Características do Empreendimento foi citado que *"a rua interna do condomínio será executada com revestimento permeável de alta absorção de água"*. Esse revestimento comportará o trânsito de veículos pesados em caso de necessidade?;

26. Em 2.12.1.4 – Estacionamentos:

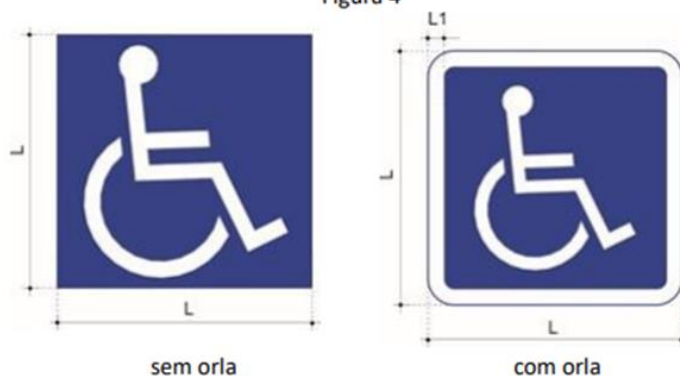
26.1. Rever as sinalizações das vagas de PNE, conforme Resolução Contran nº 965/2022 (anexos) e imagens a seguir:



26.2. Rever as sinalizações/dimensões do Símbolo Internacional de Acesso – SAI e das numerações das vagas PNE, conforme Resolução Contran nº 965/2022 (anexos) e imagens a seguir:

PARECER 042/2023 - CEIV

Figura 4



Quadro 1 – Características do Símbolo Internacional de Acesso (SIA)

Dimensões	Lado – L(m)	Orla – L1(m)	Cor
Mínimas	0,80	0,04	Fundo azul Pictograma e orla externa brancos
Recomendadas	1,0	0,05	

1.4. Numeração

Todas as vagas reservadas em áreas de estacionamento privado de uso coletivo devem ser numeradas. O numeral deve ter altura de 0,10m, na cor branca, inserido num retângulo azul, conforme exemplo de aplicação da Figura 5, exceto quando o pavimento for também azul, conforme Figura 6.

Figura 5



26.3. Acrescentar, nas pranchas das vagas de estacionamento, todas as sinalizações verticais de regulamentação das vagas específicas (PNE e motos), conforme Manual de Sinalização Vertical do Contran (Volume I), anexos da Resolução Contran nº 965/2022 e imagens a seguir:



PARECER 042/2023 - CEIV

27. Em 2.13/2.12.1.6 - Geração de Viagens - c) Divisão Modal:

Considerando as atualizações sobre o transporte público coletivo municipal, necessário rever o seguinte texto, constante na página 75 do EIV: "A Administração Municipal ainda não divulgou a reestruturação do transporte público coletivo, nomeadamente, o projeto BC Bus".

28. Em relação ao item 2.13, aspectos voltados à sustentabilidade, não foram elencados todos os itens do processo de análise #27786. Rever;

29. No item "3.1 Delimitação da Área de Vizinhança", em relação a AVD, apresentar a "figura 27" em escala adequada de modo que seja possível identificar quais os limites definidos pela poligonal demarcada (informar no mapa as ruas se possível);

30. Quanto ao item 3.3.1.6 Área de Preservação Permanente, onde cita o "*Lauda Técnico em Geologia e Classificação dos Corpos Hídricos (Anexo V)*", alterar a referência do Laudo, pois o mesmo foi apresentado no "Anexo IX". Para análise das informações deste item aguarda-se apresentação da Licença Ambiental;

31. No item 3.4, primeiro parágrafo, rever a informação de que "*As residências terão cerca de 347m² distribuídos em 3 pavimentos.*". Conforme projeto arquitetônico, cada casa terá 461,67 m² :

ESPECIFICAÇÃO PAVIMENTO	Nº CASAS	COMPUTÁVEL	NÃO COMPUTÁVEL	CONTRUÍDA
3 3º Pavimento	14 x	824,32 m ²	897,40 m ²	1.721,72 m ²
2 2º Pavimento	14 x	2.332,68 m ²		2.332,68 m ²
1 Térreo	14 x	2.383,03 m ²	26,00 m ²	2.409,03 m ²
TOTAL		5.540,03 m²	923,40 m²	6.463,43 m²

32. Na pág. 122, cita o número de vagas privativas como sendo 28 (2 vagas por unidade), já em projeto traz 14 vagas. Indicar o número exato de vagas;

33. Na pág. 123, no terceiro parágrafo, traz menções sobre a "baixa aptidão à Urbanização" em parte do lote, para análise deste item apresentar projeto de implantação locando as zonas de Baixa e Média Aptidão à Urbanização conforme as cartas geotécnicas de Aptidão à Urbanização. Caso as edificações ocupem alguma dessas zonas, apresentar as soluções de engenharia para garantir a segurança e estabilidade da ocupação. Em todos os projetos deve-se demarcar a projeção de ocupação do empreendimento;

34. No item 3.6 Equipamentos Públicos de Uso Comunitário, indicar os equipamentos disponíveis na vizinhança – AVI/AVD, incluindo-se a distância ao empreendimento;

Em 3.7 - Avaliação da Compatibilidade do Sistema Viário:

PARECER 042/2023 - CEIV

35. Em 3.7.1:

35.1. Necessário incluir na tabela 21 – Gabarito das vias, os gabaritos da Rua Pedro Francisco Vieira e da Rua Jucélio Correia;

35.2. Necessário incluir subcapítulo, com o levantamento das sinalizações verticais e horizontais (apresentar imagens e mapas indicativos) no entorno do empreendimento;

35.3. Necessário incluir subcapítulo, com a apresentação de mapas indicativos dos dispositivos redutores de tráfego existentes (faixas elevadas de travessias de pedestres, ondulações transversais, *Traffic Calming*, fiscalizadores eletrônicos de velocidade) no entorno do empreendimento;

36. Em 3.7.1.2 Serviços de Transporte Coletivo:

36.1. Com a mudança da empresa responsável pelo transporte coletivo de Balneário Camboriú, será necessário atualizar os itens do Subcapítulo 3.7.1.2 - Serviço de Transporte Coletivo do EIV, com as informações presentes no site da nova empresa de transporte e da prefeitura, constantes a seguir:

<http://transpiedadebc.com.br/>

https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=35597

https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=35587

36.2. Necessário colocar o mapa/rota da linha de ônibus que passa mais próximo do empreendimento. OBS: o mapa/rota está presente no site da empresa responsável pelo transporte coletivo de Balneário Camboriú;

36.3. Necessário indicar em mapa, o local do ponto/abrigo de ônibus apresentado na figura 84, página 168 do EIV;

37. Em 3.7.1.3 – Sistema Ciclovitário - Necessário realizar a inclusão de imagens/mapas, indicando a estrutura ciclovitária existente e a projetada no entorno, utilizando como referência o Plano Ciclovitário Municipal/Mapa Ciclovitário Municipal, versão atualizada (ano 2023);

38. Em 3.7.1.6 – Veículos de Carga - Necessário acrescentar no Subcapítulo 3.7.1.6 - Veículos de Carga, o item b, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 4.020/2004;

39. Em 3.7.1.7 – Contagens de Tráfego:

39.1. Necessário explicar se foi utilizado fator de correção/ajustamento nos dados de contagens de tráfego, coletados no dia 15/07/2021, visto ter acontecido no período de pandemia da COVID-19, onde existia uma taxa de isolamento/distanciamento social da população. Caso tenha utilizado, necessário referenciar no texto do EIV. Caso não

PARECER 042/2023 - CEIV

tenha sido utilizado, recomendo verificar a existência de boletins epidemiológicos ou de portais de notícias, aplicando, em caso de existência, o fator de correção/ajustamento nos dados de tráfego coletados de acordo com o índice de distanciamento social;

39.2. Rever ou explicar os dados dos movimentos 3 e 4, do ano 2022, da tabela 27, página 179 do EIV. Os dados dessa tabela não estão compatíveis com os dados do anexo XIII – Contagem Direcional de Tráfego;

40. Em 3.7.1.8 – Alocação de Viagens - - Necessário a ciência e conscientização que o movimento 1, da tabela 24, página 175 do EIV, somente é possível em caso da Rua Domingos Mafra ser de duplo sentido de direção, com linha amarela seccionada. Em caso da linha amarela ser contínua, o movimento 1 (viagem de produção sentido sul) é proibido, devendo a Autarquia Municipal de Trânsito - BCTRÂNSITO ser consultada para futuras mudanças nas sinalizações horizontais da via;

41. Em 3.7.1.10 – Análise de Tráfego:

41.1. Em caso de aplicação do fator de correção/ajustamento nos dados de contagens de tráfego (subcapítulo 3.7.1.7 – Contagens de Tráfego), necessário rever/compatibilizar os dados e a análises de tráfego;

41.2. Necessário corrigir o 1º parágrafo da página 186 do EIV, que diz "...enquanto os Pontos 2 e 3 (em cor azul) foram analisados com o método "Rodovia de duas pistas e dois sentidos". Não seriam os pontos 3 e 4? Rever ou explicar;

42. Em relação à "Leitura da Paisagem Urbana"

42.1. Apresentar imagens 3D da leitura da paisagem em relação a vizinhança imediata, com a simulação da inserção do empreendimento, com estratégias de mimetização incorporando-o junto à natureza;

42.2. A CEIV entende ser necessário realizar a análise da relação entre a área privada e a pública (calçadas), focando na criação de vitalidade nestas áreas de transição, não apenas criando um "muro de divisão" entre a área privada e a área pública. No item 3.10 Dados Demográficos, algumas tabelas devem ser atualizadas, pois já há informações públicas mais atualizadas (IBGE, Plano de Manejo, etc);

42.3. Apresentar o projeto de arborização, na forma da Lei 4.107/2018, abordando as duas testadas do empreendimento;

Análise da avaliação dos impactos, valorações, medidas mitigadoras e percentuais de mitigação:

Na fase de implantação:

43. Para a classificação do impacto "Contaminação do solo por resíduos da construção

PARECER 042/2023 - CEIV

- civil”, a CEIV entende ser um impacto “real”. Adequar na Matriz Qualiquantitativa e nas demais descrições pertinentes;
44. Para o impacto “Pressão no sistema municipal de abastecimento de água”, além dos *“trabalhos de educação ambiental com os funcionários da obra”*, apresentar outras medidas para uma redução de 10% no impacto. Rever;
45. Para o impacto “Contaminação do solo e águas subterrâneas por efluentes líquidos”:
- 45.1. A CEIV entende que a importância é ALTA (5), considerando os cursos d’água que passam no lote;
- 45.2. Nas medidas mitigadoras há divergência entre a matriz e o relatório de EIV, no que diz respeito à medida em relação à destinação do efluente sanitário (tanque séptico e filtro x banheiros químicos c/ coleta por empresa especializada). Rever;
- 45.3. Após a apresentação do projeto para decantação e tratamento dos efluentes de obra (não contaminados) será realizada a análise do percentual de mitigação;
46. Para o impacto “Pressão no sistema de drenagem urbana”, apresentar projeto do *“sistema de captação e reutilização de água da chuva”* na obra. Após, será realizada a análise do percentual de mitigação;
47. Para a análise do percentual de mitigação do impacto “Pressão no Sistema de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos”, apresentar o PGRSCC;
48. Para o impacto “Perturbação à Vizinhança em Decorrência dos Ruídos”, para as medidas apresentadas não cabe o percentual de mitigação de 30%, considerando que as edificações possuem aberturas no térreo (não reduzindo o ruído emitido pelos equipamentos). Rever percentual;
49. No impacto “Deterioração de Vias Públicas” pela movimentação de veículos pesados, a importância é alta. Ainda, como medidas mitigadoras incluir a elaboração de Estudo Cautelar para registro das condições das vias do entorno (atual, antes do início da obra/demolições/supressão de vegetação, etc) e, reparação dos danos causados pelos caminhões/equipamentos, incluindo os serviços de recuperação do pavimento, do sistema de drenagem, meio-fio, passeio, etc;
50. Em relação ao impacto “Pressão nas vagas de estacionamento nas vias do entorno do empreendimento”, será analisado após a apresentação do projeto completo do canteiro de obras, uma vez que uma das mitigações deste impacto é: a reserva de área interna ao lote para estacionamento de carros e motos dos colaboradores ao longo da fase de implantação, devendo a mesma contemplar a demanda em sua totalidade e implantação de área interna ao lote para manobras e operação de carga e descarga referente aos veículos pesados que transportarão materiais e insumos até a obra.

PARECER 042/2023 - CEIV

OBS.: Necessário demonstrar no projeto, em prancha específica, quantas vagas de automóveis e motos serão disponibilizadas, além de indicar as áreas de carga e descarga de materiais, áreas de manobra (apresentando os raios de giro) e circulação de veículos, áreas de estacionamento de caminhão-betoneira, concretagem, bombas de concreto e demais áreas de manobra e acesso dos equipamentos e máquinas;

51. Avaliar impacto no que diz respeito ao aumento do fluxo de veículos pesados devido à obra, levando à pressão no sistema viário (considerando o fluxo de caminhões, com manobras de entrada e saída da obra na via com tráfego em duas direções);
52. Dentro do aspecto "interferência no ambiente natural" (cfe. Item 5.3 do TR, XI), levar em consideração impactos referentes ao aumento do consumo de recursos naturais ("*A construção civil é um dos setores que mais consomem recursos naturais. De acordo com dados do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, o setor é responsável pelo consumo de 40% a 75% dos recursos naturais extraídos do planeta*" – <https://portal.unila.edu.br/noticias/construcoes-sustentaveis>), ao afastamento da fauna (pela redução do habitat, ruído, entre outros);

Na fase de operação:

53. O impacto "Contaminação do solo por resíduos sólidos urbanos" deve ser avaliado como "real" e inseridas suas valorações e mitigações na Matriz;
54. A CEIV entende que o impacto "Pressão nas vagas de estacionamento nas vias do entorno do empreendimento" é "real", devendo ser avaliado na Matriz. OBS: necessário apontar quantas vagas de visitantes existirão, na parte interna do condomínio, visto que qualquer evento promovido por algum condômino, como um aniversário por exemplo, já necessitaria de vagas de visitantes. OBS 2: necessário estudo e apontamento da necessidade de uma futura vaga de entregas rápidas (curta duração), para atender a demanda dos futuros condôminos;
55. A CEIV entende que o impacto "Congestionamento de Veículos no Acesso ao Empreendimento" é "real", devendo ser avaliado na Matriz. Em relação a esse impacto, será analisado após a apresentação no projeto arquitetônico, em prancha específica, da faixa de acumulação no acesso da Av. Rodesindo Pavan, indicando a extensão e a capacidade (número de veículos) da faixa de acumulação até o portão eletrônico, uma vez que uma das mitigações deste impacto é: espaço para acomodação de veículos nos acessos do empreendimento;
56. No impacto "Pressão no Sistema Municipal de Abastecimento de Água" justificar o percentual de mitigação de 30% (ou reduzir), considerando que o consumo diário estimado é de 22,40 m³, logo, a redução diária deveria ser de 6,72 m³;
57. As medidas mitigadoras apresentadas para o impacto "Pressão no Sistema de Coleta e Tratamento de Efluentes Líquidos", não representam 50% de mitigação, trata-se da destinação legal dos efluentes. Pois a previsão de produção diária de efluentes é de

PARECER 042/2023 - CEIV

17,92 m³, logo a redução deveria ser de 8,96 m³. Indica-se a redução do percentual de mitigação para 10 %;

58. O impacto “Alteração no Padrão de Escoamento de Águas Pluviais” será analisado após a resposta a itens deste parecer;

59. Para o impacto “Redução da Vegetação Existente” a expectativa de ocorrência é CERTA (3) e a realização de compensação ambiental não cabe como mitigação, pois já foi aplicada na fase de implantação;

60. Para o impacto “Pressão no Sistema Viário Próximo” a medida mitigadora apresentada não é efetiva, pelas viagens geradas, a importância é ALTA (5). Ainda, como medidas mitigadoras incluir:

- Apresentação de relatórios técnicos de avaliação das Faixas Elevadas de Travessias de Pedestres (FETP) existentes na Av. Rodesindo Pavan, no trecho compreendido entre o Núcleo de Educação Infantil Brilho do Sol e a Rua Vergílio Rodrigues Pereira. A partir das adversidades identificadas no relatório, apresentar projetos visando a correção/ajustes das FETP existentes, de acordo com os padrões e critérios estabelecidos na Resolução Contran nº 738/2018. Incluir a apresentação e a execução desses projetos como medidas mitigadoras, na fase de operação. Os projetos deverão ser executados após a aprovação do Departamento de Engenharia de Tráfego – BC Trânsito, devendo a equipe técnica da Autarquia Municipal de Trânsito ser comunicada previamente para realizar a supervisão; e

- Implantação de paraciclos, para uso público, em região próxima ao empreendimento. O local deverá ser aprovado pelo Departamento de Engenharia de Tráfego – BC Trânsito e o modelo deverá ser o padrão utilizado pela Secretaria de Planejamento Urbano – SPU.

61. Deve ser considerado o impacto de Interferências no ambiente natural: perda de habitat, afugentamento de fauna, incidência de iluminação artificial, colisão de aves, etc. Ainda com relação ao impacto colisões de aves, utilizar como medida mitigadora as orientações do Manual para Mitigação de Colisões de aves com vidraças emitida pela Secretaria de Meio Ambiente e disponível no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú / Secretaria de Meio Ambiente.

62. Necessário incluir na identificação dos impactos da Fase de Operação, o impacto “aumento na demanda por transportes públicos”, considerando como medidas mitigadoras a doação de:

- 03 placas de sinalização vertical refletivas, indicando a parada de ônibus. Dimensões e características serão especificadas pela Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito;
- 03 tubos (postes) em aço galvanizado de 2 1/2" X 2,25 mm com 3,5 metros de comprimento;

PARECER 042/2023 - CEIV

- 03 abraçadeiras galvanizadas 2 1/2" X 400 mm para fixação de placas de sinalização viária junto aos tubos de aço galvanizado de 2.1/2" de diâmetro externo.

Características: o poste para placa de sinalização viária, confeccionado em tubo de aço SAE 1010/1020, dimensões, 2.1/2" (63,50 mm) de diâmetro externo x 3,50 m de comprimento e 2,25 mm de espessura, zincado a fogo interno e externamente com espessura mínima de 55 micron de por medição. O poste não poderá ter emendas transversais em relação ao comprimento da peça, na extremidade superior o poste deverá possuir uma tampa de fechamento em PVC flexível com no mínimo 40mm de aba x 3,0mm de espessura e 63,50mm de diâmetro interno, na extremidade inferior, o poste deverá possuir um achatamento anti-giro medindo 200mm x 92,80mm x 25mm.

O poste deverá ser confeccionado de acordo com a NBR 6154, NBR 6591, NBR 7397, NBR 7398, NBR 7399, NBR 7400, NBR NM 87 e demais normas aplicáveis em vigências.

63. A CEIV entende que o Índice Sobre os Recursos Naturais (ISRN) deve ser 2 (Impacta os recursos naturais e o empreendimento não é demanda reprimida no município);
64. Apresentar a Matriz atualizada e o cálculo do valor da compensação considerando as adequações apontadas neste parecer. O valor da contrapartida deverá ser apresentado em CUB/SC.

Finalmente, cumpre ressaltar, em consonância com a LC nº 24/2018:

Art. 11, § 1º: O EIV será arquivado definitivamente, na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos, ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica, a contar do despacho da CEIV.

Na definição das medidas mitigatórias, estas devem ser efetivas, sendo **necessária a comprovação de cumprimento das mesmas através da apresentação de relatório**, em cumprimento às disposições dos artigos 16 e 17, da LC nº 24/2018:

*Art. 16 No pedido de certidão de habite-se, o empreendedor deverá comprovar à CEIV, o recolhimento aos cofres públicos municipais, da medida compensatória, e o **Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias**.*
(grifo do autor)

Parágrafo único. As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, previstas no art. 17, deste diploma legal, deverão ser pagas em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.

*Art. 17 Verificado pela CEIV, o **descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, pelo não***

PARECER 042/2023 - CEIV

cumprimento ou na reincidência, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o valor proporcional a medida mitigatória não executada. (grifo do autor)

As correções acima devem ser apresentadas através de ofício com respostas a cada item (se aprovadas, inseridas no EIV final) em uma via impressa e uma digital.

A análise do Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis.

Balneário Camboriú, 24 de novembro de 2023.

Michela Denise Parno
Secretária

CLELIA WITT SALDANHA (Presidente)

MARIA HELOÍSA B. C. FURTADO LENZI –
SEMAM (Vice-presidente)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA - SEMAM
(membro da CEIV)

ALEXANDRE GUISLOTE MOTTA – EMASA
(membro da CEIV)

MAURINO ADRIANO VIEIRA (membro da
CEIV)

MATHEUS L. DE CARVALHO – Eng.º de
Tráfego (membro da CEIV)

TANYARA TRETTIN CAMPELLO – SPU
(membro da CEIV)

WALTER H. GRUETER NETO (membro CEIV)

Obs.: este parecer é assinado digitalmente, sendo válido somente com as assinaturas.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FFCE-6605-57D7-922B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLELIA WITT SALDANHA (CPF 801.XXX.XXX-34) em 28/11/2023 16:42:37 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO (CPF 429.XXX.XXX-84) em 28/11/2023 16:56:55 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



WALTER HERBERT GRUETER NETO (CPF 007.XXX.XXX-19) em 28/11/2023 16:57:20 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA (CPF 044.XXX.XXX-84) em 28/11/2023 17:50:03 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



TAYNARA TRETTIN CAMPELLO (CPF 024.XXX.XXX-96) em 29/11/2023 07:57:24 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MICHELA DENISE PARNO (CPF 004.XXX.XXX-24) em 29/11/2023 08:21:02 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MAURINO ADRIANO VIEIRA (CPF 907.XXX.XXX-00) em 29/11/2023 08:31:07 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/FFCE-6605-57D7-922B>